

ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT2

## Edital 7/2026

### Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
7/2026	380181-ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT2	MICHELE CRISTINA DE ARAUJO EVANGELISTA	04/05/2026 15:19 (v 0.5)
<b>Status</b>	DISPONIBILIZADO		

### Outras informações

---

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00098523/2026-66

### Capa

# PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(380181)

## OBJETO

Aquisição de materiais destinados ao almoxarifado da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo – CEPRMSP.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 129.559,42 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Divulgada no PNCP, Diário Oficial e Jornal de grande circulação

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

## Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7

6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	13
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
11.	DOS RECURSOS.....	13
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	17
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17

## Preâmbulo

### SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Torna-se público que o(a) Secretária de Administração Penitenciária, por meio da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, sediado(a) Av. General Ataliba Leonel, 768 Carandiru, São Paulo – SP CEP. 02088-900, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## 1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais para o Almoxarifado - 1º Semestre de 2026 desta Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo – CEPRMSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

### 3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano - calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. Do preenchimento da proposta**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da

Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50 (cinquenta centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e - Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. Da fase da habilitação**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não - digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. Da ata de registro de preços**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. Dos recursos**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio da plataforma SEI utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo.

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9,

12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).



## **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): encaminhamento das razões no endereço eletrônico michelearaujo@sp.gov.br (e-mail deve constar todas as informações necessárias para identificação de quem o subscreve e quem este representa; quando do envio de documento anexo com as razões, tal documento deve estar em formato PDF, com assinatura eletrônica certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), como determina o § 2º do artigo 12º da Lei 14.133/21).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [www.doe.sp.gov.br](http://www.doe.sp.gov.br) (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. Das disposições gerais**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações

legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) referente(s) a planilha de proposta;

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MICHELE CRISTINA DE ARAUJO EVANGELISTA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 15:19:21.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR 37 e ETP.pdf (507.38 KB)
- Anexo II - Anexo II - Minuta de nota de empenho.pdf (521.05 KB)
- Anexo III - Anexo III - Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável.pdf (240.59 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Modelo referente a planilha de proposta.pdf (40.49 KB)

## ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT2

## Termo de Referência 37/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	380181-ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM. PENIT2	GABRIELA LEITE ACHCAR	30/04/2026 16:09 (v 0.9)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00098523/2026-66

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Materiais para o Almojarifado - 1º Semestre de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISCO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANT. TOTAL
1	<b>COPO DESCARTAVEL POLIPROPILENO 50ml</b> - Especificação Técnica: Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 50ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 0,75 gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total Da Massa de Copo e a Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente; ,50 ML, BRANCO	3798429	612246	CENTO	200
2	<b>COPO DESCARTAVEL POLIPROPILENO,200 ML, BRANCO</b> - Especificação Técnica: Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 200ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 1,80gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa Dos Copos e Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;	3798453	419219	CENTO	1250

3	<b>DESINFETANTE LÍQUIDO, LAVANDA</b> - Especificação Técnica: Desinfetante; Categoria Basica Restrita Liquido; Principio Ativo Tensoativo Cationico, Sequestrante,5 Cloro 2 Metilisotiazolin 3 Ona e 2 Metil 4 Isotiazolin-3-ona; Composicao Basica Opacificante,controlador de Ph,corantes Componente Ativo:0,50% de Cloreto de Dialquil; Dimetil Amonio/cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amonio; Composicao Aromatica Lavanda; Acondicionado Em Frasco Plastico; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa;	2920328	396196	FRASCO C/ 01 LITRO	450
4	<b>AGUA SANITÁRIA, GALÃO C/ 05 LITROS</b> Especificação Técnica: Agua Sanitaria; Solucao Aquosa; Acondicionado de Forma Adequada; Teor de Cloro Ativo Hipoclorito de Sodio e Agua,c/ Teor de Cloro Ativo de 2,0% a 2,5% P/p, Produto a Base de Cloro; Sem Aromatizante Com Validade de No Minimo 6 Meses Apartir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2957868	310507	GALAO C/ 05 LITROS	200
5	<b>SABAO EM BARRA, COCO, BRANCA</b> Especificação Técnica: Sabao Em Barra; Composicao Basica Oleo de Coco, Hidroxido de Sodio, Cloreto de Sodio, Agua; Corante Glicerina e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Especificacoes Neutro,; de Coco; Na Cor Branca; Embalado Em Saco Plastico; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Racionalizacao No Uso de Materias-primas, Utilizac Ao de Produtos de Baixa Toxicidade, Adocao de Tec Nologias Menos Agressivas Ao Meio Ambiente	4292260	254879	BARRA 200G	80
6	<b>DETERGENTE EM PÓ, CAIXA DE 1 KG</b> Especificação Técnica: Detergente Em Po; Principio Ativo Alquil Benzeno Sulfonato de Sodio (principio Ativo)tensoativos Anionicos,coadjuvantes, branqueador; Optico,fragrancia/essencia/perfume, carga,agua; Teor de Ativos Ph Entre 10 a 12, solucao 1% P/p; Pigmentos e Outras Substancias Permitidas; Acondicionado de Forma Adequada, validade Minima de 20 Meses a Partir Da Data de Entrega; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2945738	373124	SACO C/1 KG	144
7	<b>ALCOOL ETILICO PARA LIMPEZA,65 INPM, EM GEL, S/GATILHO</b> - Especificação Técnica: Alcool Etilico para Limpeza; Com Teor Alcoólico de 65 Inpm,em Gel,sem Gatilho,com Selo Inmetro; Embalado Em Acondicionado de Forma Adequada, Com Validade de 20 Meses a Partir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1520741	386905	FRASCO C/500G	72
	<b>LUVA PARA LIMPEZA LÁTEX, TAM. M</b> Especificação Técnica: Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural,norma Nbr 13393; Tamanho Medio; Com Revestimento Interno,				

8	reforcada,com Superficie Externa Antiderrapante; - <b>Selo Socioambiental - Critérios Considerados:</b> Racionalizacao No Uso de Materias-primas,utilizaca o de Produtos de Baixa Toxicidade,adocao de Tecno Logias Menos Agressivas Ao Meio Ambiente	559032	450247	PAR	65
9	<b>INSETICIDA DOMESTICO AEROSOL 300ML</b> Especificação Técnica: Inseticida Domestico; Aerosol (mata Moscas,pernilongos,mosquito Da Dengue e Suas Larvas; Composto de Transflutrina 0.03%; Ciflutrina 0.025%; Emulsificantes, Agua; Solventes e Propelente; Principio Ativo Transflutrina; Embalado Em Embalagem Adequada; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2605236	636911	FRASCO 300ML	48
10	<b>FLANELA 100% ALGODAO, (28X50)CM,NA COR LARANJA</b> - Especificação Técnica: Flanela; 100% Algodao; Medindo (28x50)cm; Percentual Variando de (2x3)cm; Na Cor Laranja; Embalado de Forma Adequada;	3845443	481021	UNIDADE	240
11	<b>PANO DE LIMPEZA, 100% ALG. ALVEJADO, 50X70 CM</b> - Especificação Técnica: Pano de Limpeza; Composto de 100% Algodao Alvejado,tipo Saco Fechado; Medindo (50 x 70)cm; Com Variacao de No Maximo 10% Nas Dimensoes; Com Todas As Laterais Costuradas,sendo Que As Areas Proximas As Costuras Deverao Ficar Lisas; Na Cor Branca; Acondicionado Em Sacos Plasticos;	4295374	396308	UNIDADE	300
12	<b>DESODORIZADOR AMBIENTAL, AEROSOL, LAVANDA, SEM CFC – LATA C/ 360ML</b> - Especificação Técnica: Desodorizador Ambiental; Aerosol; Fragancia Lavanda; Solubilizantes, Coadjuvantes, Perfume, Butano e Propano, Sem Cfc; Acondicionado Em Frasco de Aluminio; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; e a Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa;	4792017	261167	LATA C/ 360ML	72
13	<b>VASSOURA USO DOMESTICO, MED. (4X21,5X3, 5) CM, PESO 250G, LISA</b> - Especificação Técnica: Vassoura; Domestico; Propriedades Minimais:cepa Em Polipropileno; Medindo (4x21,5x3, 5)cm; Com 78 Tufos; Contendo 30 Cerdas Por Tufo; Com Cerdas de Polipropileno (pet); Tipo Lisa; Cepa Pesando 250g; Cabo de Madeira Revestida de Polipropileno Medindo 120cm; Polietileno de Alta Densidade; Rosca Em Polietileno de Baixa Densidade;	1758667	445649	UNIDADE	72
14	<b>ESPONJA LIMPEZA,DUPLA FACE, MED.110 X 75 X 20 MM,</b> - Especificação Técnica: Esponja para Limpeza; Tipo Dupla Face; Medindo Medindo No Minimo 110 x 75 x 20 Mm; Com Formato Retangular; Poliuretano e Fibra Sintetica; Na Cor Verde/amarela (limpeza Pesada);	2513285	454957	UNIDADE	300
15	<b>LIMPA VIDRO, COR AZUL.C/GATILHO C/REFIL C /500ML</b> - Especificação Técnica: Limpa Vidro; Lauril Eter Sulfato de Sodio; Nonil Fenol Etoxilado,alcohol,eter Glicolico; Hidroxido de Amonio, corante,perfume; e Agua; Com Validade Ate 3 Anos; Cor Azul; Acondicionado Em Frasco Plastico; Com Gatilho Com Refil; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm.	1483331	300935	FRASCO C/ 500ML	96



	Determinados Pela Anvisa;				
16	<b>LIMPA MOVEIS EMULSAO AQUOSA CREMOSA, PERFUMADO, P/ SUPERFICIE EM GERAL (EXCETO PISO)</b> - Especificação Técnica: Limpa Moveis; Emulsao Aquosa Cremosa; Perfumado; para Superficie Em Geral (exceto Piso); Composto de Cera,silicone,solvente,propano-butano; Monolato de Sorbitan,perfume e Agua; Embalado Em Frasco; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1303678	300944	FRASCO C/ 500ML	24
17	<b>LIMPADOR MULTIUSO DOMEST. LIQUIDO, BICO PESCANTE</b> - Especificação Técnica: Limpador Multiuso Domestico; Liquido, Azul; Composto de Linear Alqui benzeno Sulfonato de Sodio; Alcalinizante, Sequestrante, Eter Glicolico, Alcool, Perfume e Agua; Com Bico Pescante e Orificio de Saida; Tensoativo Não Ionico, Com Validade de 3 Anos; Embalado Em Frasco Plastico; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2646137	303322	FRASCO C/ 500ML	288
18	<b>HIGIENIZADOR,GEL,NEUTRO,ALCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA / ANTISSEPTICO</b> - Especificação Técnica: Higienizador; Em Gel; Neutro; Composto de Alcool Etilico 70%; Indicado para Acao Bactericida e Antisseptico para Maos; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa;	3246205	380018	GALÃO C/ 5 LITROS	10
19	<b>HIGIENIZADOR,GEL,NEUTRO,ALCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULA PUMP</b> - Especificação Técnica: Higienizador; Em Gel; Neutro; Composto de Alcool Etilico 70%; Contendo Hidratante para Pele; Indicado para Acao Bactericida e Antisseptico para As Maos; Acondicionado Em Frasco Plastico, C/ Valvula Tipo Pump C/ Bico Dosador e C/ Dispositivo Anti-entupimento e Vazamento; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa;	3142493	443454	FRASCO 500ML	24
20	<b>SABONETE EM BARRA,SUAVE (PH 5,5 A 8,5) COMUM, HIGIENE CORPORAL,90GR</b> - Especificação Técnica: Sabonete; Em Barra.; de Glicerina,comum,inodoro,neutro, Ph 5,5 a 8,5); para Higiene Corporal; Tamanho 90 Gramas Aproximadamente; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	6436021	444433	UNIDADES	280
	<b>PAPEL HIGIENICO - FOLHA DUPLA,CLASSE 01, 30MX10CM GOFRADO, PIC, BRANCO</b> - Obrigatoriamente seguir uma das marcas <b>NEVE, MILLI, PERSONAL, FAMILIAR, DELUXE, SUBLIME, COTTON</b> - Especificação Técnica: Papel Higienico - Folha Dupla; Classe 01, Neutro; Na Cor Branca; Alvura Iso Maior Que 80%; Indice Potencial de Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 Nm/g; Resistencia a Tracao Ponderada Igual Ou Maior Que 90 N/m; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 20 Mm2/m2; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 5 S; Conforme Norma Abnt Nbr 15464-2 e 15134; Caracteristicas Complementares: Materia Prima 100% Fibra Celulosica; Comprimento do Rolo de 30 m - Com				

21	Tolerancia de 2%; Com Largura de 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro No Maximo de 11,7 Cm; Largura do Tubete 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro Interno do Tubete Maior Que 4 Cm; Acabamento Gofrado, Em Relevo; Picotado; Fragrancia Neutra; Rotulagem Contendo: C /identificacao Da Classe, Marca, Quantidade de Rolos; Aroma, Metragem do Papel; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail,telefone do Sac; Embalagem Com Boa Visibilidade do Produto; - <b>Conforme padronização da Lei 14.133/21 do Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de Padronização do objeto</b>	2916070	412112	PACOTE 8 UNIDADES	200
22	<b>PAPEL TOALHA , GOFRADO, EM BOBINA, MED (20CMX100M), GRAMATURA MINIMA 30G/M², BRANCO</b> - Especificação Técnica: Papel Toalha; Gofrado,gramatura Minima 30g/m2; Em Bobina; Medindo 20 Cm x 100m; Fibras Naturais, 100% Celulose, Nao Reciclado; Alvura Superior a 85%; Absorcao Maxima de 70s; Branca; Embalado Em Plastico Que Possibilite a Visualizacao do Produto;	3071286	312041	PACOTE C/ 8 UNIDADES	250
23	<b>TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA - CLASSE 1, C/ 2 DOBRAS, NA COR BRANCA, C/ FOLHAS SIMPLES,</b> - Especificação Técnica: Toalha de Papel Interfolhada - Institucional; Toalha de Papel Interfolhada - Institucional; Classe 1; Com 2 Dobras; Na Cor Branca; Com Folhas Simples; Acabamento Gofrado; Abnt Nbr 15464-7; Confeccionado Em 100% Fibra Vegetal; Medindo 23 x 21 Cm - Oscilação de 1 Cm (+/-); Em Pacote de Papel Kraft;	4637453	353142	PACOTES C/ 1.000 FOLHAS	700
24	<b>GUARDANAPO DE PAPEL, 24X24CM, FL.DUPLA, GOFRADO, BRANCO</b> - Especificação Técnica: Guardanapo de Papel; Medindo (24 x 24) cm; Em Folha Dupla; Tipo Gofrado; Cor Branca; Alvura Superior a 70%,conforme Norma Iso; Impureza Maxima 15mm2/m2,conforme Norma Tappi T437 Om-90;	1032160	396052	PACOTES C/ 50 FOLHAS	200
25	<b>PAPEL DESCARTAVEL PARA ASSENTO SANITARIO, MED.MIN. 38 X 44 CM, 17G/M2</b> - Especificação Técnica: Papel Descartavel para Assento Sanitario; 100% Fibras Naturais; Medindo No Minimo (38 x 44) Cm, Gramatura No Minimo 17 G/m2; Na Cor Branca, Caixa de Papelao Com 14 Refis de 86 Folhas Totalizando 1204 Folhas;	354511	311516	CAIXA C/ 86 REFIS	40
26	<b>PAPEL HIGIENICO INTERCALADO</b> - Especificação Técnica: Papel Higienico Intercalado; Apresentando Folha Dupla, Classe 01; Na Cor Na Cor Branca; Fragrancia Neutra; Composto de 100% Celulose Virgem; Medindo (11x20)cm=(lxc); Com Laudo Microbiologico Conforme e de Acordo Com Abnt Nbr15464-14;	5562481	283512	CX C/ 8.000 UNIDADES	200
	<b>PAPEL HIGIENICO P/ DISP. 1ª QUALIDADE, MED 10CMX300M, NEUTRO, GOFRADO, BRANCO</b> - Especificação Técnica: Papel Higienico P				

27	/dispenser de 1ª qualidade; Apresentando Folha Simples, Gofrado Sem Picote; Na Cor Branca; Neutro; Medindo 10cm x 300m; Composto de 100% Fibra Vegetal; Tubete Med. No Maximo 5,0cm de Diametro; Em Embalagem Adequada; Resolucao Rdc N.º 142 de 17/03/2017;	3926494	224640	PACOTE C/ 8 UNIDADES	250
28	<b>SABONETE, ERVA DOCE, BOMBONA DE 5 LITROS</b> - Especificação Técnica: Sabonete; Sabonete Liquido, Fragrancia de Erva Doce de Nsidade; Lauril Sulato de Sódio, Edta, Cloreto de Sodio; para Higiene Das Maos Com Solubilidade Em Agua; Com Autorizacao de Funcionamento e Registro Na Anvisa; Validade Minima de 1 (um) Ano a Partir Da Data Da entrega;	4653726	417309	BOMBONA C/ 5 LITROS	100
29	<b>SACO DE LIXO 30 LITROS 59X62CM PRETO.</b> - Especificação Técnica: Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 30 Litros; Medindo (59 x 62)cm (l x A); Preto; Suportando 6 Kg; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	1520911	374970	PACOTE C/ 100 UNIDADES	200
30	<b>SACO DE LIXO , 100 LITROS, 92X100 CM, PRETO, 12 MICRAS</b> - Especificação Técnica: Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (92x100)cm (lxa) Tolerancia +/-10%, Espessura Minima 12 Micras (paredes Abertas); Na Cor Preta, Sem Timbre; Suportando No Minimo 20 Kg, Com Ausencia de Furos, Rotulagem contendo Identificacao do Fabricante;	3742342	307321	PACOTE C/ 100 UNIDADES	200
31	<b>SACO EM BOBINA P/EMBALAGEM EM POLIETILENO, 40X60CM, PICOTADO, TRANSP</b> - Especificação Técnica: Saco Em Bobina P /embalagem; Em Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Picote; Suportando Ate 10kg; Com Espessura de 30 Micras; Transparente;	2149907	460984	BOBINA C/ 400 UNIDADES	10
32	<b>PROTETOR SOLAR FPS 30, LOCAO CREMOSA, BOMBONA DE 4 LITROS, C/ REPELENTE</b> - Especificação Técnica: Protetor Solar; Fps Uva /uvb 30; Forma Farmaceutica Locao Cremosa; Livre De:paba (acido para Amino Benzoico), oleo, alcool, hipoalergenico, nao Comedogenico, Com Repelente; de Inseto.; Forma de Apresentacao Bombona 4 Litros Com Dosador; Topica;	3271048	412781	UNIDADE	5
33	<b>CARREGADOR DE PILHAS AA 2500 MAH / AAA NI/MH BIVOLT</b> - Especificação Técnica: Carregador de Pilhas; para Pilhas; Aa 2500 Mah Ou Aaa Ni-mh; Com Capacidade de Ate 4 Pilhas; Frequencia Entre 50/60 Hz; Carregamento Rapido; Bivolt; Acondicionado Em Material Adequado Que Garanta a Integridade do Produto; Com Prazo de Garantia de No Minimo 6 Meses;	5573130	331868	UNIDADE	3
34	<b>RECADADO AUTO ADESIVO OFF-SET, (76X76) MM, AMARELA</b> - Especificação Técnica: Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set; Medindo (76x76)mm, Em Bloco; Na Cor Amarela, Validade 24 Meses;	504491	395204	BLOCO 100 C/ FOLHAS	70
35	<b>RECADADO AUTO ADESIVO OFF-SET, (102X152) MM, AMARELA, C/PAUTA</b> - Especificação Técnica: Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set;	2043769	265978	BLOCO 100 C/	50

	Medindo (102x148)mm, Em Bloco, Validade 24 Meses; Na Cor Amarela, Com Pauta;			FOLHAS	
36	<b>PAPEL SULFITE DE PAPELARIA, FORMATO A4, (210X297) MM, 75G, BRANCO</b> - Especificação Técnica: Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g /m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor /pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Fomento a Politicas Socias, Minimizacao Da Geracao de Residuos, Racionalizacao do Uso de Materias-p Rimas, Utilizacao de Produtos de Baixa Toxicidade, Economia No Consumo de Energia.	2903881	461828	PACOTE C/500 FOLHAS	1000
37	<b>PASTA EM L, PP, ESP. MINIMA 0,20 MICRAS, A4 210X297 mm, CRISTAL</b> - Especificação Técnica: Pasta Em L; de Polipropileno; Tamanho Com Espessura Minima de 0,20 Micras,a4 (210x297) mm; Na Cor Cristal;	3278018	609140	CX C/ 10 UNIDADES	15
38	<b>CAIXA P/ ARQUIVO, PP CORRUGADO, 350X250X130mm, AZUL</b> - Especificação Técnica: Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugad; Medindo (350x250x130)mm, Com Furos e Aberturas para Travas Nas Laterias, Com Tampa; Na Cor Azul;	3108090	459377	UNIDADE	150
39	<b>PORTA PASTA SUSPensa ,CX.PS, (425X270X140)MM,C/6 PASTAS PLASTIF, CRISTAL</b> - Especificação Técnica: Porta Pasta Suspensa; Tipo Caixa; Com Capacidade para 6 Pastas; de Poliestireno; Medindo (425x270x140)mm (comp.x Alt.x Larg); Na Cor Cristal; Pasta Em Papel Cartao Branco Plastificado; Na Cor Cristal; Haste de Plastico Polietileno; Grampo de Plastico Polietileno; Visor Plastico Pvc e Etiquetas Brancas;	2679779	608683	UNIDADE	12
40	<b>FITA ADESIVA DE PAPELARIA ,CREPE, MEDINDO (48MMX 50M), BRANCA</b> - Especificação Técnica: Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe; Medindo (48 Mm x 50 M); Na Cor Branca; Resistente;	4421140	278974	UNIDADE	48
41	<b>FITA ADESIVA DE PAPELARIA, POLIPROPILENO, MEDINDO (50MMX50M), TRANSPARENTE</b> - Especificação Técnica: Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo (50mmx50m); Transparente;	201405	445375	UNDADE	60
42	<b>CAPA P / ENCADERNACAO, PVC. LISO, 0,30G /M2, CAPA CRISTAL, C-CAPA PRETA,OFIC.2</b> - Especificação Técnica: Capa para Encadernacao; Jogo Em Pvc Liso; Gramatura Da Capa 0,30 Micras Cristal; Gramatura Da Contra-capa 0,30 Micras Na Cor Preta; Sem Dorso (individuais); para Fechamento Com Espiral; No Formato Oficio 2 (220x330)mm;	2619261	247393	PACOTE 100 UNIDADE	5
43	<b>PINCEL P/ QUADRO BRANCO, VERMELHO, PONTA REDONDA, TINTA BASE DE AGUA</b> - Especificação Técnica: Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Vermelha; Com Ponta	3697487	294719	UNIDADE	36

	Redonda, Em Acrilico, Com Tinta a Base de Agua; do Tipo Descartavel, Com Corpo Emborrachado;				
44	<b>PINCEL ATOMICO, NA COR PRETA, PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DESCARTAVEL</b> - Especificação Técnica: Pincel Atômico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Chanfrada; do Tipo Descartavel;	1930893	435050	UNIDADE	24
45	<b>PINCEL P/QUADRO BRANCO, COR AZUL, PONTA MACIA, RECARREGAVEL</b> - Especificação Técnica: Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Azul; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Fomento a Políticas Sociais,minimizacao Na Geracao de Residuos,racionalizacao do Uso de Materias-pr i Mas,utilizacao de Produtos de Baixa Toxicidade,e Conomia No Consumo de Energia.	4304438	244303	UNIDADE	36
46	<b>CANETA ESFEROGRAFICA, RESINA TERMOP . SEXTAVADA, 1MM, RESPIRO, 1700M, AZUL</b> - Especificação Técnica: Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Azul; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada, Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condiçoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	3426491	318729	CAIXA C/ 50 UNIDADES	8
47	<b>CANETA ESFEROGRAFICA, RESINA TERMOP., SEXTAVADA, 1MM, RESPIRO ,1700M, VERMELHA</b> - Especificação Técnica: Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Vermelha; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condiçoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	3432181	289407	CAIXA C/ 50 UNIDADES	2
48	<b>CANETA ESFEROGRAFICA, RESINA TERMOP. SEXTAVADA, 1MM, RESPIRO, 1700M, PRETA</b> - Especificação Técnica: Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Preta; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condiçoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	3432173	289406	CAIXA C/ 50 UNIDADES	2
	<b>CANETA MARCA TEXTO, POLIPROPILENO, PONTA 3 A 5MM, AMARELA</b> - Especificação Técnica: Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor				

49	Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes;	1038281	405646	UNIDADE	144
50	<b>LAPISEIRA, PLASTICO, SEXTAVADO GRAFITE 0,9MM, PONTA METAL</b> - Especificação Técnica: Lapiseira; Em Plastico Rígido Opaco; No Formato Sextavado; Grafite Medindo 0,9mm; Tipo Da Ponta Em Metal; Grafite Acionado Por Borracha e Metal; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes;	1246569	252587	UNIDADE	24
51	<b>GRAFITE P/ LAPISEIRA DE 0,9MM, (HB), PRETA</b> - Especificação Técnica: Grafite para Lapiseira; Com Espessura/diametro de 0,9mm, Graduacao (hb), Cor Preta; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	577219	364047	ESTOJO C/12 UNIDADES	12
52	<b>APAGADOR DE QUADRO/LOUSA, P/ QUADRO BRANCO, PLASTICO, BASE FELTRO, 60X150MM</b> - Especificação Técnica: Apagador de Quadro e Lousa; para Quadro Branco; Corpo Feito de Plastico; Medindo (60x150)mm (larg. x Compr.); Com Base de Feltro;	4612566	289329	UNIDADE	4
53	<b>BARBANTE DE ALGODAO, COM 06 FIOS, ROLO 400GR, APROXIMADAMENTE 400M</b> - Especificação Técnica: Barbante; de Algodao; Com 06 Fios; Rolo 400gr, Aproximadamente 400m;	119369	306725	UNIDADE	20
54	<b>GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 26/6</b> - Especificação Técnica: Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6;	42048	203144	CAIXA C/5.000 UNIDADES	50
55	<b>GRAMPEADOR DE MESA, ESTRUTURA METALICA, BASE DE BORRACHA, MEDINDO 20 CM DE BASE,</b> - Especificação Técnica: Grampeador; de Mesa; Estrutura Metalica; Base de Borracha; Medindo 20 Cm de Base; Na Cor Preto; Grampo 26/6; Com Capacidade Minima para Grampear 15 Folhas (papel 75g/m2);	2334801	280203	CAIXA C/ 1 UNIDADE	15
56	<b>TESOURA ESCOLAR, ACO IOX, 17CM, CABO PP, PRETO, DESTRO, 3 DEDOS, PTA REDONDADA</b> - Especificação Técnica: Tesoura Escolar; de Aco Inoxidavel; Medindo 17cm; Cabo Plastico Polipropileno (pp); Preta; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lamina Em Aco Inoxidavel; Ponta Arredondada; Garantia Contra Defeito de Fabricacao Por Minimo de 1 Ano, a Contar Data de Recebimento do Produto; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	4892984	278331	UNIDADE	24
	<b>COLA DE PAPELARIA, LIQUIDA, BASE AGUA, LAVAVEL, BRANCA 40G</b> - Especificação Técnica: Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, para Papel, Papelao, Madeira e Tecido; a Base de Agua, Lavavel; Atoxica, Bico Economico; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Na Cor Branca; Com Validade Minima de 1 Ano a Partir				

57	Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Fomento a Politicas Socias, Minimizacao Da Geracao de Residuos, Racionalizacao do Uso de Materias-p Rimas, Utilizacao de Produtos de Baixa Toxicidade , economia No Consumo de Energia.	2573326	339516	FRASCO 40G	24
58	<b>BORRACHA DE PAPELARIA, PP., SEM LATEX, RETANGULAR, CAPA PROTETORA, BRANCA</b> - Especificação Técnica: Borracha de Papelaria; Feita de Polipropileno (pp), Atoxico, Livre de Ftalatos e Latex; para Grafite, Desenhos, Nao Mancha; No Formato Retangular, Com Capa Protetora; Medindo Minimo (2,0x6,5x1,0)cm (lxcxa); Na Cor Branca; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	5052106	323888	UNIDADE	48
59	<b>LIVRO ATA DE PAPELARIA, 210X305mm, VERT. 1250G/M2,100 FL. NUM. PES.56G/M2</b> - Especificação Técnica: Livro Ata de Papelaria; Medindo (210x305)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g /m2; Na Cor Preta; Com 100 Folhas (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	1403214	405866	UNIDADE	10
60	<b>CADERNO BROCHURA, COSTURADO, 1/4, C /INDICE 96FLS. PESANDO 56G/M2</b> - Especificação Técnica: Caderno Brochura; Costurado; 1/4,com Indice; Capa 1 Cor; Pesando 300g/m2; Com 96 Folhas; Pesando 56g/m2; Deve Atender a Norma Nbr Numero 15733/2009 e Alteracoes Posteriores;	1149768	622530	UNIDADES	25
61	<b>FITA VINILICA, ROTULADOR. BROTHER PT80, RF.M231, BCA/ LETRA PRETA</b> - Especificação Técnica: Fita Vinilica; Adesiva para Rotulador Eletronico Brother Pt-80, Ref.: M231; Medindo 12 Mm de Largura; 8 Metros de Comprimento; Na Cor Preto Sobre Branco;	4757068	312173	UNIDADE	5
62	<b>LIVRO ATA DE PAPELARIA 205X305mm, 200 FL, Com /NRS. ,56G/M2</b> - Especificação Técnica: Livro Ata de Papelaria; Medindo (205x305) mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 200 Folhas, Numeradas; Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	2958198	424372	UNIDADE	20
63	<b>PAPEL TIPO FILIGRANADO - MOEDA - 120g A4 - 210X297MM</b> - Especificação Técnica: Papel Filigranado Marca Dagua; Formato A4, Medindo (210 x 297)mm (larg. x Alt.); Liso, Sem Acabamento; Sem Borda; Gramatura 120g; Na Cor Bege Claro;	6484590	436515	PACOTE C/ 100 FOLHAS	50
64	<b>FILTRO DE LINHA 1500VA, BIVOLT, 115/220V, COM 06 TOMADAS UNIVERSAL</b> - Especificação Técnica: Filtro de Linha; para Protecao Contra Picos de Tensao e Sobrecarga; Com Potencia de 1500va, Bivolt; 115/220v; Com 06	2664011	268310	UNIDADE	10

	Tomadas; Padrao Universal Tripolar; Cabo Com 1,80 m; Com Fusivel de Protecao e Led Indicador; Garantia de 01 Ano Balcao; Com Manual Tecnico;				
65	<b>CADEADO, CORPO DE LATAO MACICO, LARGURA MINIMA 50 MM, CHAVE TETRA</b> - Especificação Técnica: Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Minima de 50 Mm; Altura Minima de 45 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco Cementada e Cromada; Altura Minima de 45 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Minima de 8 Mm; Com 16 Pinos; Chave Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	3914119	236534	UNIDADE	10
66	<b>TELEFONE SEM FIO DECT 6.0 PRETO</b> - Especificação Técnica: Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Dect 6.0; Operando Na Frequencia de 1.9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Ac 110/240; Com Bateria do Tipo Recarregavel (aaax2), Com Duração de Até 10 Horas de Conversação; Com Capacidade para No Minimo 50 Posicoes de Memoria; Com Identificação de Chamadas; Na Cor Preto; Com Display Display Lcd 1.6 Polegadas e Com Resolução 103x65 Pixels; Com 60 Canais; Com Garantia de No Minimo 12 Meses; Homologado de Acordo Com a Resolucao Anatel Nº 242;	4989198	457622	UNIDADE	20
67	<b>PEN DRIVE, USB 3.0, 16 GB</b> - Especificação Técnica: Dispositivo de Armazenamento; Pen Drive, Usb 3.0; Dimensoes Aproximadas De: 45mm x 12.2 mm x 4.6mm (cxlxe); Com Capacidade de 16 Gb;	5161681	449835	UNIDADE	30
68	<b>PILHA, PEQUENA,AA, 1,5V</b> - Especificação Técnica: Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 V; No Tamanho Pequena (aa); Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90;	5071046	419859	CARTELA C/ 02 UNIDADES	25
69	<b>PILHA TIPO ALCALINA, 1.5V, PALITO (AAA)</b> - Especificação Técnica: Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Palito (aaa), Com Prazo de Validade Minimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90;	4280610	319796	CARTELA C/ 02 UNIDADES	25
70	<b>FITILHO DE POLIPROPILENO, SIMPLES, 10MM ESPESSURA, CINZA, ROLO APROX.1 QUILO</b> - Especificação Técnica: Fitilho; de Polipropileno; Simples; Medindo 10mm de Espessura; Na Cor Cinza, Rolo Pesando Aproximadamente 1 Quilo;	472034	288218	UNIDADE	20
71	<b>PRANCHETA PORTÁTIL; ESTOJO DE MADEIRA</b> - Especificação Técnica: Prancheta Portatil; de Estojo de Madeira; Tamanho A3 - Medidas: 42 x 52 x 4,5 Cm; Com Prancheta Acrilica A3 Portatil C/ Regua Paralela.estojo Polionda Transporte P/ Protecao; Na Cor Cristal;	6458920	613658	UNIDADE	10
72	<b>Porta Folha; Em Acrilico Cristal, Display Horizontal, Fl. A4, 30x21</b> - Especificação Técnica: Porta Folha; Em Acrilico Cristal; Modelo Display Horizontal, Porta Folha A4; Medindo 30 x 21 Cm Com 2 Mm de Espessura; Com Fita Dupla Face de Alto Poder de Fixacao;	5123720	368693	UNIDADE	100
	<b>Leitor de Smart Card, P/certificado Digital E-cpf A3</b> , - Especificação Técnica: Leitor de Midia de Cartao de Memoria; Smart Card, Compativel Com Certificado				



73	Digital E-cpf A3, Iso 7816 e Emv2; Interface Usb 2.0; Sistema Operacional Suportado Windows 10; Velocidade 420 Kbps, Compatível C/smart Cards de 5v, 3v e 1,8v, Iso 7816 Classes A, b e C; Garantia Mínima de 1 Ano, Balcao; Com Manual Tecnic	5147204	443453	UNIDADE	10
74	<b>Lixeira Dupla para Copos Descartavel - AGUA E CAFE</b> - Especificação Técnica: Recipientes para Lixo; Em Poliestireno para Copos Descartaveis PARA AGUA 200ml E PARA CAFE 50ml; No Formato Cilindrico; 2 Tubos Com Sem Tampa; Sem Pedal; Coletores de Copos Descartavisl; Na Cor Branca;	6399940	383071	UNIDADE	20

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias, contado a partir da emissão da Nota de Empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### Subcontratação

1.6. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.**

## 3. Descrição da solução

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar: **NEVE, MILLI, PERSONAL, FAMILIAR, DELUXE, SUBLIME, COTTON.**

## Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da razões constantes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão do empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Zaki Narchi, 1563 - Carandiru - São Paulo - SP - 02029-001** - Almoxarifado da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo e no seguinte horário 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:30h, de segunda à sexta-feira (exceto feriados)

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II). O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado **no prazo de 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

## Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

# 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

## 8.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### **Outras comprovações**

8.23. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 129.559,42 (cento e vinte e nova mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 380181;
- II) Fonte de Recursos: 150010001
- III) Programa de Trabalho: 14421381561460000;
- IV) Elemento de Despesa: 339030.

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GABRIELA LEITE ACHCAR**

Agente de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP380181\_000017\_2026.pdf (269.53 KB)



## ESP-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO ADM.PENIT2

## Estudo Técnico Preliminar 17/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00098523/2026-66

### 2. Descrição da necessidade

A contratação é essencial para esta instituição, uma vez que se destina à formação e reposição de estoque do almoxarifado desta Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, para o desempenho dos trabalhos administrativos, limpeza e conservação das dependências, assegurando o interesse público nas atividades desempenhadas por esta Coordenadoria, bem como na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Finanças e Suprimentos	Gabriela Leite Achcar

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a contratação dos itens será necessário a apresentação situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e proposta contendo, no mínimo:

- 4.1. Descrição detalhada do objeto, constando as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, modelo, fabricante, prazo de validade, prazo de garantia, ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 4.2. vPreços / valores incluindo todos os custos operacionais, impostos, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

### 5. Levantamento de Mercado

Para a adequada definição da solução a ser contratada, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o propósito de identificar boas práticas, bem como a eventual adoção de metodologias, tecnologias e inovações que possibilitem o atendimento mais eficiente e vantajoso das necessidades desta Coordenadoria.

Adicionalmente, verifica-se que o objeto pretendido possui natureza comum, sendo, portanto, passível de contratação por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, que a presente contratação observa os preceitos constitucionais previstos nos artigos 1º, incisos III e IV, 3º, 170 e 225 da Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Dessa forma, a solução proposta alinha-se não apenas às necessidades administrativas, mas também às melhores práticas de governança, eficiência e sustentabilidade nas contratações públicas.

## 6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de consumo destinados ao Almoxarifado da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, com a finalidade de suprir as demandas contínuas de limpeza, conservação e apoio às atividades administrativas, contribuindo para a adequada execução dos serviços e para a manutenção de condições satisfatórias de trabalho.

A disponibilização regular desses materiais é essencial para o pleno funcionamento das rotinas administrativas e operacionais, garantindo eficiência, organização e qualidade no desempenho das atividades institucionais.

No que se refere à forma de contratação, verifica-se que os itens a serem adquiridos possuem natureza comum, razão pela qual a seleção do fornecedor poderá ser realizada por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133 /2021, por se tratar de procedimento mais célere, competitivo e vantajoso para a Administração Pública.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISCO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANT. TOTAL
1	COPO DESCARTAVEL POLIPROPILENO 50ml - Especificação Técnica: Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 50ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 0,75gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total Da Massa de Copo e a Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente; ,50 ML, BRANCO	3798429	612246	CENTO	200
2	COPO DESCARTAVEL POLIPROPILENO,200 ML, BRANCO - Especificação Técnica: Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 200ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 1,80gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa Dos Copos e Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os	3798453	419219	CENTO	1250

	Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;				
3	<b>DESINFETANTE LÍQUIDO, LAVANDA</b> - Especificação Técnica: Desinfetante; Categoria Basica Restrita Liquido; Principio Ativo Tensoativo Cationico, Sequestrante,5 Cloro 2 Metilisotiazolin 3 Ona e 2 Metil 4 Isotiazolin-3-ona; Composicao Basica Opacificante, controlador de Ph,corantes Componente Ativo:0,50% de Cloreto de Dialquil; Dimetil Amonio/cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amonio; Composicao Aromatica Lavanda; Acondicionado Em Frasco Plastico; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. determinados Pela Anvisa;	2920328	396196	FRASCO C/ 01 LITRO	450
4	<b>AGUA SANITÁRIA, GALÃO C/ 05 LITROS</b> Especificação Técnica: Agua Sanitaria; Solucao Aquosa; Acondicionado de Forma Adequada; Teor de Cloro Ativo Hipoclorito de Sodio e Agua,c/ Teor de Cloro Ativo de 2,0% a 2,5% P/p, Produto a Base de Cloro; Sem Aromatizante Com Validade de No Minimo 6 Meses Apartir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2957868	310507	GALAO C/ 05 LITROS	200
5	<b>SABAO EM BARRA, COCO, BRANCA</b> Especificação Técnica: Sabao Em Barra; Composicao Basica Oleo de Coco, Hidroxido de Sodio, Cloreto de Sodio, Agua; Corante Glicerina e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Especificacoes Neutro,; de Coco; Na Cor Branca; Embalado Em Saco Plastico; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Racionalizacao No Uso de Materias-primas, Utilizac Ao de Produtos de Baixa Toxicidade, Adocao de Tec Nologias Menos Agressivas Ao Meio Ambiente	4292260	254879	BARRA 200G	80
	<b>DETERGENTE EM PÓ, CAIXA DE 1 KG</b> Especificação Técnica: Detergente Em Po; Principio Ativo Alquil Benzeno Sulfonato de Sodio (principio Ativo)tensoativos Anionicos,coadjuvantes,branqueador; Optico,fragrancia/essencia/perfume,carga,agua; Teor de Ativos Ph				

6	Entre 10 a 12,solucao 1% P/p; Pigmentos e Outras Substancias Permitidas; Acondicionado de Forma Adequada,validade Minima de 20 Meses a Partir Da Data de Entrega; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2945738	373124	SACO C/1 KG	144
7	ALCOOL ETILICO PARA LIMPEZA,65 INPM, EM GEL, S/GATILHO - Especificação Técnica: Alcool Etilico para Limpeza; Com Teor Alcoolico de 65 Inpm,em Gel,sem Gatilho,com Selo Inmetro; Embalado Em Acondicionado de Forma Adequada, Com Validade de 20 Meses a Partir Da Data de Fabricacao; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1520741	386905	FRASCO C/500G	72
8	LUVA PARA LIMPEZA LÁTEX, TAM. M Especificação Técnica: Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural,norma Nbr 13393; Tamanho Medio; Com Revestimento Interno,reforcada,com Superficie Externa Antiderrapante; - Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Racionalizacao No Uso de Materias-primas,utilizaca o de Produtos de Baixa Toxicidade,adocao de Tecno Logias Menos Agressivas Ao Meio Ambiente	559032	450247	PAR	65
9	INSETICIDA DOMESTICO AEROSOL 300ML Especificação Técnica: Inseticida Domestico; Aerosol(mata Moscas,pernilongos, mosquito Da Dengue e Suas Larvas; Composto de Transflutrina 0.03%; Ciflutrina 0.025%; Emulsificantes, Agua; Solventes e Propelente; Principio Ativo Transflutrina; Embalado Em Embalagem Appropriada; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2605236	636911	FRASCO 300ML	48
10	FLANELA 100% ALGODAO, (28X50)CM,NA COR LARANJA - Especificação Técnica: Flanela; 100% Algodao; Medindo (28x50) cm; Percentual Variando de (2x3)cm; Na Cor Laranja; Embalado de Forma Appropriada;	3845443	481021	UNIDADE	240
	PANO DE LIMPEZA, 100% ALG. ALVEJADO, 50X70 CM - Especificação Técnica: Pano de Limpeza; Composto de 100% Algodao Alvejado,tipo Saco Fechado; Medindo (50 x 70)cm;				

11	Com Variacao de No Maximo 10% Nas Dimensoes; Com Todas As Laterais Costuradas,sendo Que As Areas Proximas As Costuras Deverao Ficar Lisas; Na Cor Branca; Acondicionado Em Sacos Plasticos;	4295374	396308	UNIDADE	300
12	DESODORIZADOR AMBIENTAL, AEROSOL, LAVANDA, SEM CFC – LATA C/ 360ML - Especificação Técnica: Desodorizador Ambiental; Aerosol; Fragancia Lavanda; Solubizantes, Coadjuvantes, Perfume, Butano e Propano, Sem Cfc; Acondicionado Em Frasco de Aluminio; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; e a Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa;	4792017	261167	LATA C/ 360ML	72
13	VASSOURA USO DOMESTICO, MED. (4X21,5X3,5) CM, PESO 250G, LISA - Especificação Técnica: Vassoura; Domestico; Propriedades Minimais:cepa Em Polipropileno; Medindo (4x21,5x3,5)cm; Com 78 Tufos; Contendo 30 Cerdas Por Tufo; Com Cerdas de Polipropileno (pet); Tipo Lisa; Cepa Pesando 250g; Cabo de Madeira Revestida de Polipropileno Medindo 120cm; Polietileno de Alta Densidade; Rosca Em Polietileno de Baixa Densidade;	1758667	445649	UNIDADE	72
14	ESPONJA LIMPEZA,DUPLA FACE, MED.110 X 75 X 20 MM, - Especificação Técnica: Esponja para Limpeza; Tipo Dupla Face; Medindo Medindo No Minimo 110 x 75 x 20 Mm; Com Formato Retangular; Poliuretano e Fibra Sintetica; Na Cor Verde/amarela (limpeza Pesada);	2513285	454957	UNIDADE	300
15	LIMPA VIDRO, COR AZUL.C/GATILHO C/REFIL C/500ML - Especificação Técnica: Limpa Vidro; Lauril Eter Sulfato de Sodio; Nonil Fenol Etoxilado,alcool,eter Glicolico; Hidroxido de Amonio,corante,perfume; e Agua; Com Validade Ate 3 Anos; Cor Azul; Acondicionado Em Frasco Plastico; Com Gatilho Com Refil; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1483331	300935	FRASCO C/ 500ML	96
	LIMPA MOVEIS EMULSAO AQUOSA CREMOSA, PERFUMADO, P/ SUPERFICIE EM GERAL (EXCETO PISO) - Especificação Técnica: Limpa Moveis; Emulsao Aquosa Cremosa; Perfumado; para				

16	Superficie Em Geral (exceto Piso); Composto de Cera,silicone, solvente,propano-butano; Monolato de Sorbitan,perfume e Agua; Embalado Em Frasco; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1303678	300944	FRASCO C/ 500ML	24
17	LIMPADOR MULTIUSO DOMEST. LIQUIDO, BICO PESCANTE - Especificação Técnica: Limpador Multiuso Domestico; Liquido, Azul; Composto de Linear Alquibenzene Sulfonato de Sodio; Alcalinizante, Sequestrante, Eter Glicolico, Alcool, Perfume e Agua; Com Bico Pescante e Orificio de Saida; Tensoativo Não Ionico, Com Validade de 3 Anos; Embalado Em Frasco Plastico; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	2646137	303322	FRASCO C/ 500ML	288
18	HIGIENIZADOR,GEL,NEUTRO,ALCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA / ANTISSEPTICO - Especificação Técnica: Higienizador; Em Gel; Neutro; Composto de Alcool Etilico 70%; Indicado para Acao Bactericida e Antisseptico para Maos; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.determinados Pela Anvisa;	3246205	380018	GALÃO C/ 5 LITROS	10
19	HIGIENIZADOR,GEL,NEUTRO,ALCOOL ETILICO 70%, BACTERICIDA, VALVULA PUMP - Especificação Técnica: Higienizador; Em Gel; Neutro; Composto de Alcool Etilico 70%; Contendo Hidratante para Pele; Indicado para Acao Bactericida e Antisseptico para As Maos; Acondicionado Em Frasco Plastico, C/ Valvula Tipo Pump C/ Bico Dosador e C/ Dispositivo Anti-entupimento e Vazamento; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. determinados Pela Anvisa;	3142493	443454	FRASCO 500ML	24
20	SABONETE EM BARRA,SUAVE (PH 5,5 A 8,5)COMUM, HIGIENE CORPORAL,90GR - Especificação Técnica: Sabonete; Em Barra.; de Glicerina,comum,inodoro,neutro, Ph 5,5 a 8,5); para Higiene Corporal; Tamanho 90 Gramas Aproximadamente; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	6436021	444433	UNIDADES	280
	PAPEL HIGIENICO - FOLHA DUPLA,CLASSE 01, 30MX10CM GOFRADO, PIC, BRANCO - Obrigatoriamente seguir uma das				

21	<p>marcas NEVE, MILLI, PERSONAL, FAMILIAR, DELUXE, SUBLIME, COTTON - Especificação Técnica: Papel Higienico - Folha Dupla; Classe 01, Neutro; Na Cor Branca; Alvura Iso Maior Que 80%; Indice Potencial de Maciez Igual Ou Menor Que 5,5 Nm/g; Resistencia a Tracao Ponderada Igual Ou Maior Que 90 N/m; Quantidade de Pintas Igual Ou Menor Que 20 Mm2/m2; Tempo de Absorcao de Agua Igual Ou Menor Que 5 S; Conforme Norma Abnt Nbr 15464-2 e 15134; Caracteristicas Complementares: Materia Prima 100% Fibra Celulosica; Comprimento do Rolo de 30 m - Com Tolerancia de 2%; Com Largura de 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro No Maximo de 11,7 Cm; Largura do Tubete 10 Cm - Com Tolerancia de 2%; Diametro Interno do Tubete Maior Que 4 Cm; Acabamento Gofrado, Em Relevo; Picotado; Fragrancia Neutra; Rotulagem Contendo: C /identificacao Da Classe, Marca, Quantidade de Rolos; Aroma, Metragem do Papel; Nome do Fabricante e Fantasia, Cnpj; E-mail, telefone do Sac; Embalagem Com Boa Visibilidade do Produto; - Conforme padronização da Lei 14.133/21 do Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de Padronização do objeto</p>	2916070	412112	PACOTE UNIDADES	8 200
22	<p>PAPEL TOALHA , GOFRADO, EM BOBINA, MED(20CMX100M), GRAMATURA MINIMA 30G/M², BRANCO - Especificação Técnica: Papel Toalha; Gofrado,gramatura Minima 30g/m2; Em Bobina; Medindo 20 Cm x 100m; Fibras Naturais, 100% Celulose, Nao Reciclado; Alvura Superior a 85%; Absorcao Maxima de 70s; Branca; Embalado Em Plastico Que Possibilite a Visualizacao do Produto;</p>	3071286	312041	PACOTE C/ UNIDADES	8 250
23	<p>TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA - CLASSE 1, C/ 2 DOBRAS, NA COR BRANCA, C/ FOLHAS SIMPLES, - Especificação Técnica: Toalha de Papel Interfolhada - Institucional; Toalha de Papel Interfolhada - Institucional; Classe 1; Com 2 Dobras; Na Cor Branca; Com Folhas Simples; Acabamento Gofrado; Abnt Nbr 15464-7; Confeccionado Em 100% Fibra Vegetal; Medindo 23 x 21 Cm - Oscilação de 1 Cm (+/-); Em Pacote de Papel Kraft;</p>	4637453	353142	PACOTES C/ 1.000 FOLHAS	700

24	<p>GUARDANAPO DE PAPEL, 24X24CM, FL.DUPLA, GOFRADO, BRANCO - Especificação Técnica: Guardanapo de Papel; Medindo (24 x 24)cm; Em Folha Dupla; Tipo Gofrado; Cor Branca; Alvura Superior a 70%,conforme Norma Iso; Impureza Maxima 15mm2 /m2,conforme Norma Tappi T437 Om-90;</p>	1032160	396052	PACOTES C/ 50 FOLHAS	200
25	<p>PAPEL DESCARTAVEL PARA ASSENTO SANITARIO, MED.MIN. 38 X 44 CM, 17G/M2 - Especificação Técnica: Papel Descartavel para Assento Sanitario; 100% Fibras Naturais; Medindo No Minimo (38 x 44) Cm, Gramatura No Minimo 17 G/m2; Na Cor Branca, Caixa de Papelao Com 14 Refis de 86 Folhas Totalizando 1204 Folhas;</p>	354511	311516	CAIXA C/ 86 REFIS	40
26	<p>PAPEL HIGIENICO INTERCALADO - Especificação Técnica: Papel Higienico Intercalado; Apresentando Folha Dupla, Classe 01; Na Cor Na Cor Branca; Fragrancia Neutra; Composto de 100% Celulose Virgem; Medindo (11x20)cm=(lxc); Com Laudo Microbiologico Conforme e de Acordo Com Abnt Nbr15464-14;</p>	5562481	283512	CX C/ 8.000 UNIDADES	200
27	<p>PAPEL HIGIENICO P/ DISP. 1ª QUALIDADE, MED 10CMX300M, NEUTRO, GOFRADO, BRANCO - Especificação Técnica: Papel Higienico P/dispenser de 1ªqualidade; Apresentando Folha Simples, Gofrado Sem Picote; Na Cor Branca; Neutro; Medindo 10cm x 300m; Composto de 100% Fibra Vegetal; Tubete Med. No Maximo 5,0cm de Diametro; Em Embalagem Apropriada; Resolucao Rdc N.º 142 de 17/03 /2017;</p>	3926494	224640	PACOTE C/ 8 UNIDADES	250
28	<p>SABONETE, ERVA DOCE, BOMBONA DE 5 LITROS - Especificação Técnica: Sabonete; Sabonete Liquido, Fragrancia de Erva Doce de Nsidade; Lauril Sulato de Sódio, Edta, Cloreto de Sodio; para Higiene Das Maos Com Solubilidade Em Agua; Com Autorizacao de Funcionamento e Registro Na Anvisa; Validade Minima de 1 (um) Ano a Partir Da Data Daentrega;</p>	4653726	417309	BOMBONA C/ 5 LITROS	100
29	<p>SACO DE LIXO 30 LITROS 59X62CM PRETO. - Especificação Técnica: Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 30 Litros; Medindo (59 x 62)cm (l x A); Preto;</p>	1520911	374970		200



	<p>Suportando 6 Kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;</p>			<p>PACOTE C/ 100 UNIDADES</p>	
30	<p>SACO DE LIXO , 100 LITROS, 92X100 CM, PRETO, 12 MICRAS</p> <p>- Especificação Técnica: Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (92x100)cm (lxa) Tolerancia +/-10%, Espessura Minima 12 Micras (paredes Abertas); Na Cor Preta, Sem Timbre; Suportando No Minimo 20 Kg, Com Ausencia de Furos, Rotulagemcontendo Identificacao do Fabricante;</p>	3742342	307321	<p>PACOTE C/ 100 UNIDADES</p>	200
31	<p>SACO EM BOBINA P/EMBALAGEM EM POLIETILENO, 40X60CM, PICOTADO, TRANSP - Especificação Técnica: Saco Em Bobina P /embalagem; Em Polietileno; Medindo (40x60)cm; Com Picote; Suportando Ate 10kg; Com Espessura de 30 Micras; Transparente;</p>	2149907	460984	<p>BOBINA C/ 400 UNIDADES</p>	10
32	<p>PROTETOR SOLAR FPS 30, LOCAO CREMOSA, BOMBONA DE 4 LITROS, C/ REPELENTE - Especificação Técnica: Protetor Solar; Fps Uva/uvb 30; Forma Farmaceutica Locao Cremosa; Livre De:paba (acido para Amino Benzoico), oleo, alcool, hipoalergenico, nao Comedogenico, Com Repelente; de Inseto.; Forma de Apresentacao Bombona 4 Litros Com Dosador; Topica;</p>	3271048	412781	<p>UNIDADE</p>	5
33	<p>CARREGADOR DE PILHAS AA 2500 MAH / AAA NI/MH BIVOLT</p> <p>- Especificação Técnica: Carregador de Pilhas; para Pilhas; Aa 2500 Mah Ou Aaa Ni-mh; Com Capacidade de Ate 4 Pilhas; Frequencia Entre 50/60 Hz; Carregamento Rapido; Bivolt; Acondicionado Em Material Apropriado Que Garanta a Integridade do Produto; Com Prazo de Garantia de No Minimo 6 Meses;</p>	5573130	331868	<p>UNIDADE</p>	3
34	<p>RECADO AUTO ADESIVO OFF-SET, (76X76) MM, AMARELA</p> <p>- Especificação Técnica: Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set; Medindo (76x76)mm, Em Bloco; Na Cor Amarela, Validade 24 Meses;</p>	504491	395204	<p>BLOCO 100 C/ FOLHAS</p>	70
35	<p>RECADO AUTO ADESIVO OFF-SET, (102X152) MM, AMARELA, C /PAUTA - Especificação Técnica: Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set; Medindo (102x148)mm, Em Bloco, Validade 24 Meses; Na Cor Amarela, Com Pauta;</p>	2043769	265978	<p>BLOCO 100 C/ FOLHAS</p>	50

36	<p><b>PAPEL SULFITE DE PAPELARIA, FORMATO A4, (210X297) MM, 75G, BRANCO</b> - Especificação Técnica: Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Fomento a Politicas Socias, Minimizacao Da Geracao de Residuos, Racionalizacao do Uso de Materias-p Rimas, Utilizacao de Produtos de Baixa Toxicidade, Economia No Consumo de Energia.</p>	2903881	461828	PACOTE C/500 FOLHAS	1000
37	<p><b>PASTA EM L, PP, ESP. MINIMA 0,20 MICRAS, A4 210X297 mm, CRISTAL</b> - Especificação Técnica: Pasta Em L; de Polipropileno; Tamanho Com Espessura Minima de 0,20 Micras,a4 (210x297)mm; Na Cor Cristal;</p>	3278018	609140	C X C / 10 UNIDADES	15
38	<p><b>CAIXA PI ARQUIVO, PP CORRUGADO, 350X250X130mm, AZUL</b> - Especificação Técnica: Caixa para Arquivo; Em Polipropileno Corrugad; Medindo (350x250x130)mm, Com Furos e Aberturas para Travas Nas Laterias, Com Tampa; Na Cor Azul;</p>	3108090	459377	UNIDADE	150
39	<p><b>PORTA PASTA SUSPENSA ,CX.PS,(425X270X140)MM,C/6 PASTAS PLASTIF,CRISTAL</b> - Especificação Técnica: Porta Pasta Suspensa; Tipo Caixa; Com Capacidade para 6 Pastas; de Poliestireno; Medindo (425x270x140)mm(comp.x Alt.x Larg); Na Cor Cristal; Pasta Em Papel Cartao Branco Plastificado; Na Cor Cristal; Haste de Plastico Polietileno; Grampo de Plastico Polietileno; Visor Plastico Pvc e Etiquetas Brancas;</p>	2679779	608683	UNIDADE	12
40	<p><b>FITA ADESIVA DE PAPELARIA ,CREPE, MEDINDO (48MMX 50M), BRANCA</b> - Especificação Técnica: Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe; Medindo (48 Mm x 50 M); Na Cor Branca; Resistente;</p>	4421140	278974	UNIDADE	48

41	FITA ADESIVA DE PAPELARIA, POLIPROPILENO, MEDINDO (50MMX50M), TRANSPARENTE - Especificação Técnica: Fita Adesiva de Papelaria; Polipropileno; Medindo (50mmx50m); Transparente;	201405	445375	UNDADE	60
42	CAPA P / ENCADERNACAO, PVC. LISO, 0,30G/M2, CAPA CRISTAL, C-CAPA PRETA,OFIC.2 - Especificação Técnica: Capa para Encadernacao; Jogo Em Pvc Liso; Gramatura Da Capa 0,30 Micras Cristal; Gramatura Da Contra-capa 0,30 Micras Na Cor Preta; Sem Dorso (individuais); para Fechamento Com Espiral; No Formato Oficio 2 (220x330)mm;	2619261	247393	PACOTE 100 UNIDADE	5
43	PINCEL P/ QUADRO BRANCO, VERMELHO, PONTA REDONDA, TINTA BASE DE AGUA - Especificação Técnica: Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Vermelha; Com Ponta Redonda, Em Acrilico, Com Tinta a Base de Agua; do Tipo Descartavel, Com Corpo Emborrachado;	3697487	294719	UNIDADE	36
44	PINCEL ATOMICO, NA COR PRETA, PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DESCARTAVEL - Especificação Técnica: Pincel Atomico; Na Cor Preta; Com Ponta de Feltro Chanfrada; do Tipo Descartavel;	1930893	435050	UNIDADE	24
45	PINCEL P/QUADRO BRANCO, COR AZUL, PONTA MACIA, RECARREGAVEL - Especificação Técnica: Pincel P/ Quadro Branco Ou Vidro; Na Cor Azul; Com Ponta Macia para Nao Danificar o Quadro; do Tipo Recarregavel; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Fomento a Politicas Sociais,minimizacao Na Geracao de Residuos,racionalizacao do Uso de Materias-pr i Mas,utilizacao de Produtos de Baixa Toxicidade,e Conomia No Consumo de Energia.	4304438	244303	UNIDADE	36
46	CANETA ESFEROGRAFICA, RESINA TERMOP .SEXTAVADA, 1MM, RESPIRO, 1700M, AZUL - Especificação Técnica: Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Azul; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada, Na Cor Da Tinta;	3426491	318729	CAIXA C/ 50 UNIDADES	8

	Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;				
47	CANETA ESFEROGRAFICA, RESINA TERMOP., SEXTAVADA, 1MM, RESPIRO ,1700M, VERMELHA - Especificação Técnica: Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Vermelha; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	3432181	289407	CAIXA C/ 50 UNIDADES	2
48	CANETA ESFEROGRAFICA, RESINA TERMOP. SEXTAVADA, 1MM, RESPIRO, 1700M, PRETA - Especificação Técnica: Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica; Formato do Corpo Sextavado; Modelo Descartavel; Corpo Translucido Com Respiro; Ponta Em Latao; Com Esfera de Tungstenio; Espessura de 1,0mm, Media; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros; Na Cor Preta; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada Na Cor Da Tinta; Topeteira (tampa do Topo) Fixa; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	3432173	289406	CAIXA C/ 50 UNIDADES	2
49	CANETA MARCA TEXTO, POLIPROPILENO, PONTA 3 A 5MM, AMARELA - Especificação Técnica: Caneta Marca Texto; Corpo Em Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5mm; Na Cor Amarela; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes;	1038281	405646	UNIDADE	144
50	LAPISEIRA, PLASTICO, SEXTAVADO GRAFITE 0,9MM, PONTA METAL - Especificação Técnica: Lapiseira; Em Plastico Rigido Opaco; No Formato Sextavado; Grafite Medindo 0,9mm; Tipo Da Ponta Em Metal; Grafite Acionado Por Borracha e Metal; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes	1246569	252587	UNIDADE	24

	Posteriores; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizações;				
51	GRAFITE P/ LAPISEIRA DE 0,9MM, (HB), PRETA - Especificação Técnica: Grafite para Lapiseira; Com Espessura/diâmetro de 0,9mm, Graduação (hb), Cor Preta; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores;	577219	364047	ESTOJO C/12 UNIDADES	12
52	APAGADOR DE QUADRO/LOUSA, P/ QUADRO BRANCO, PLÁSTICO, BASE FELTRO, 60X150MM - Especificação Técnica: Apagador de Quadro e Lousa; para Quadro Branco; Corpo Feito de Plástico; Medindo (60x150)mm (larg. x Compr.); Com Base de Feltro;	4612566	289329	UNIDADE	4
53	BARBANTE DE ALGODÃO, COM 06 FIOS, ROLO 400GR, APROXIMADAMENTE 400M - Especificação Técnica: Barbante; de Algodão; Com 06 Fios; Rolo 400gr, Aproximadamente 400m;	119369	306725	UNIDADE	20
54	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 26/6 - Especificação Técnica: Grampo para Grampeador; Galvanizado; Medindo 26/6;	42048	203144	CAIXA C/5.000 UNIDADES	50
55	GRAMPEADOR DE MESA, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA, MEDINDO 20 CM DE BASE, - Especificação Técnica: Grampeador; de Mesa; Estrutura Metálica; Base de Borracha; Medindo 20 Cm de Base; Na Cor Preto; Grampo 26/6; Com Capacidade Mínima para Grampear 15 Folhas (papel 75g/m²);	2334801	280203	CAIXA C/ 1 UNIDADE	15
56	TESOURA ESCOLAR, AÇO INOX, 17CM, CABO PP, PRETO, DESTRO, 3 DEDOS, PTA REDONDADA - Especificação Técnica: Tesoura Escolar; de Aço Inoxidável; Medindo 17cm; Cabo Plástico Polipropileno (pp); Preta; para Destro, 3 Dedos; Com Rebite; Lâmina Em Aço Inoxidável; Ponta Arredondada; Garantia Contra Defeito de Fabricação Por Mínimo de 1 Ano, a Contar Data de Recebimento do Produto; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificação Compulsória Inmetro, e As Suas Atualizações Posteriores;	4892984	278331	UNIDADE	24

57	COLA DE PAPELARIA, LIQUIDA, BASE AGUA, LAVAVEL, BRANCA 40G - Especificação Técnica: Cola de Papelaria; Liquida; para Uso Escolar, para Papel, Papelao, Madeira e Tecido; a Base de Agua, Lavavel; Atoxica, Bico Economico; Secagem Normal; Acondicionada Em Frasco; Na Cor Branca; Com Validade Minima de 1 Ano a Partir Da Data de Entrega; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Selo Socioambiental - Critérios Considerados: Fomento a Politicas Socias, Minimizacao Da Geracao de Residuos, Racionalizacao do Uso de Materias-p Rimas, Utilizacao de Produtos de Baixa Toxicidade ,economia No Consumo de Energia.	2573326	339516	FRASCO 40G	24
58	BORRACHA DE PAPELARIA, PP., SEM LATEX, RETANGULAR, CAPA PROTETORA, BRANCA - Especificação Técnica: Borracha de Papelaria; Feita de Polipropileno (pp), Atoxico, Livre de Ftalatos e Latex; para Grafite, Desenhos, Nao Mancha; No Formato Retangular, Com Capa Protetora; Medindo Minimo (2,0x6,5x1,0)cm (lxcxa); Na Cor Branca; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	5052106	323888	UNIDADE	48
59	LIVRO ATA DE PAPELARIA, 210X305mm, VERT. 1250G/M2,100 FL. NUM. PES.56G/M2 - Especificação Técnica: Livro Ata de Papelaria; Medindo (210x305)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100 Folhas (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	1403214	405866	UNIDADE	10
60	CADERNO BROCHURA, COSTURADO, 1/4, C/INDICE 96FLS. PESANDO 56G/M2 - Especificação Técnica: Caderno Brochura; Costurado; 1/4,com Indice; Capa 1 Cor; Pesando 300g/m2; Com 96 Folhas; Pesando 56g/m2; Deve Atender a Norma Nbr Numero 15733 /2009 e Alteracoes Posteriores;	1149768	622530	UNIDADES	25
61	FITA VINILICA, ROTULADOR. BROTHER PT80, RF.M231, BCA/ LETRA PRETA - Especificação Técnica: Fita Vinilica; Adesiva para Rotulador Eletronico Brother Pt-80, Ref.: M231; Medindo 12 Mm de Largura; 8 Metros de Comprimento; Na Cor Preto Sobre Branco;	4757068	312173	UNIDADE	5

62	LIVRO ATA DE PAPELARIA 205X305mm, 200 FL, Com /NRS. ,56G /M2 - Especificação Técnica: Livro Ata de Papelaria; Medindo (205x305)mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 200 Folhas, Numeradas; Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	2958198	424372	UNIDADE	20
63	PAPEL TIPO FILIGRANADO - MOEDA - 94g ou 120g A4 - 210X297MM - Especificação Técnica: Papel Filigranado Marca D'água e fibras invisíveis que reagem sob a luz ultravioleta; Composição com fibras de algodão; Formato A4, Medindo (210 x 297)mm (larg. x Alt.); Liso, Sem Acabamento; Sem Borda; Gramatura 94G ou 120g; Na Cor Bege Claro;	6484590	436515	PACOTE C/ 100 FOLHAS	8
64	FILTRO DE LINHA 1500VA, BIVOLT, 115/220V, COM 06 TOMADAS UNIVERSAL - Especificação Técnica: Filtro de Linha; para Protecao Contra Picos de Tensao e Sobrecarga; Com Potencia de 1500va, Bivolt; 115/220v; Com 06 Tomadas; Padrao Universal Tripolar; Cabo Com 1,80m; Com Fusivel de Protecao e Led Indicador; Garantia de 01 Ano Balcao; Com Manual Tecnico;	2664011	268310	UNIDADE	10
65	CADEADO, CORPO DE LATAO MACICO, LARGURA MINIMA 50 MM, CHAVE TETRA - Especificação Técnica: Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Minima de 50 Mm; Altura Minima de 45 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco Cementada e Cromada; Altura Minima de 45 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Minima de 8 Mm; Com 16 Pinos; Chave Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	3914119	236534	UNIDADE	10
66	TELEFONE SEM FIO DECT 6.0 PRETO - Especificação Técnica: Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Dect 6.0; Operando Na Frequencia de 1.9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Ac 110/240; Com Bateria do Tipo Recarregavel (aaax2), Com Duração de Até 10 Horas de Conversação; Com Capacidade para No Minimo 50 Posicoes de Memoria; Com Identificação de Chamadas; Na Cor Preto; Com Display	4989198	457622	UNIDADE	20

	Display Lcd 1.6 Polegadas e Com Resolução 103x65 Pixels; Com 60 Canais; Com Garantia de No Minimo 12 Meses; Homologado de Acordo Com a Resolucao Anatel N° 242;				
67	PEN DRIVE, USB 3.0, 16 GB - Especificação Técnica: Dispositivo de Armazenamento; Pen Drive, Usb 3.0; Dimensoes Aproximadas De: 45mm x 12.2mm x 4.6mm (cxlxe); Com Capacidade de 16 Gb;	5161681	449835	UNIDADE	30
68	PILHA, PEQUENA,AA, 1,5V - Especificação Técnica: Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 V; No Tamanho Pequena (aa); Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90;	5071046	419859	CARTELA C/ 02 UNIDADES	25
69	PILHA TIPO ALCALINA, 1.5V, PALITO (AAA) - Especificação Técnica: Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Palito (aaa), Com Prazo de Validade Minimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90;	4280610	319796	CARTELA C/ 02 UNIDADES	25
70	FITILHO DE POLIPROPILENO, SIMPLES, 10MM ESPESSURA, CINZA, ROLO APROX.1 QUILO - Especificação Técnica: Fitolho; de Polipropileno; Simples; Medindo 10mm de Espessura; Na Cor Cinza, Rolo Pesando Aproximadamente 1 Quilo;	472034	288218	UNIDADE	20
71	PRANCHETA PORTÁTIL; ESTOJO DE MADEIRA - Especificação Técnica: Prancheta Portatil; de Estojo de Madeira; Tamanho A3 - Medidas: 42 x 52 x 4,5 Cm; Com Prancheta Acrilica A3 Portatil C/ Regua Paralela.estojo Polionda Transporte P/ Protecao; Na Cor Cristal;	6458920	613658	UNIDADE	10
72	Porta Folha; Em Acrilico Cristal, Display Horizontal, Fl. A4, 30x21 - Especificação Técnica: Porta Folha; Em Acrilico Cristal; Modelo Display Horizontal, Porta Folha A4; Medindo 30 x 21 Cm Com 2 Mm de Espessura; Com Fita Dupla Face de Alto Poder de Fixacao;	5123720	368693	UNIDADE	100
73	Leitor de Smart Card, P/certificado Digital E-cpf A3 , - Especificação Técnica: Leitor de Midia de Cartao de Memoria; Smart Card, Compativel Com Certificado Digital E-cpf A3, Iso 7816 e Emv2; Iterface Usb 2.0; Sistema Operacional Suportado Windows 10; Velocidade 420 Kbps, Compativel C /smart Cards de 5v, 3v e 1,8v, Iso 7816 Classes A, b e C; Garantia Minima de 1 Ano, Balcao; Com Manual Tecnic	5147204	443453	UNIDADE	10
	Lixeira Dupla para Copos Descartavel - AGUA E CAFE - Especificação Técnica: Recipientes para Lixo; Em				



74	Poliestireno para Copos Descartaveis PARA AGUA 200ml E PARA CAFE 50ml; No Formato Cilindrico; 2 Tubos Com Sem Tampa; Sem Pedal; Coletores de Copos Descartavisi; Na Cor Branca;	6399940	383071	UNIDADE	20
----	---	---------	--------	---------	----

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 129.559,42

A presente estimativa de valor para a contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada por meio do sistema Compras.gov.br, observando parâmetros de contratações similares praticadas pela Administração Pública.

A partir da análise dos dados obtidos, considerando valores homologados e contratações recentes compatíveis com o objeto pretendido, apurou-se o valor estimado de R\$ 129.559,42 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Ressalta-se que a metodologia adotada buscou garantir a compatibilidade com os preços de mercado, em conformidade com os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública, servindo o presente valor como referência para instrução do processo licitatório.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por outro lado, caso se verifique que o parcelamento possa comprometer a economicidade, a padronização dos materiais, a logística de entrega ou a gestão contratual, especialmente em razão da necessidade de fornecimento integrado e uniforme, **justifica-se a não adoção do parcelamento**, optando-se pela contratação em lote único.

Tal medida visa assegurar maior eficiência administrativa, redução de custos operacionais e melhor controle na execução contratual, sem prejuízo à competitividade, estando em conformidade com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise do objeto pretendido, verifica-se que a presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes no âmbito desta Coordenadoria.

Trata-se de demanda específica e autônoma, destinada à aquisição de materiais de consumo para atendimento das necessidades do almoxarifado, cuja execução independe de qualquer outra contratação, seja em andamento ou planejada.

Dessa forma, não há vinculação com outros processos licitatórios, tampouco necessidade de contratações complementares para viabilizar o objeto pretendido, razão pela qual este item não se aplica ao presente caso, em conformidade com as diretrizes de planejamento estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento orçamentário desta Administração, estando vinculada à despesa classificada no PTRES nº 380304 – Suporte Administrativo em Apoio ao Custodiado e Reintegração, na natureza de despesa 339030 – Material de Consumo.

Ademais, a demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) referente ao exercício de 2026, evidenciando sua compatibilidade com o planejamento institucional e orçamentário, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação objetiva alcançar os seguintes resultados:

- Aumento da eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;
- Promover a limpeza e higienização do ambiente de trabalho.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados possíveis impactos ambientais.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZ CLAUDIO GALVAO SOARES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:08:02.*

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2025NE00000

UG	380181 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	38003	14421381561460000	150010001	339030	380012	000.000.0100	

No Processo	20250342484	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021		
Licitação		Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2025CT00000	Nº OC	

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>05</td><td></td></tr></table>	Mês	Valor	05	
Mês	Valor				
05					

Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

## **ANEXO II**

### **CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL**

#### **RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA**

#### **RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024**

*Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.*

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5%

(cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;
- II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;
- III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a

partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

- I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:
  - a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
  - b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;
  - c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.
- II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.
- III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

- II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;
  - III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;
  - IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;
- Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

#### **Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade**

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA,

bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do

endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

### ANEXO III

#### MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

### ANEXO IV.1

#### MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISCO	CADMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

11							
12							
13							
14							
15							